# **CURSOS E EVENTOS**





ce\_pge\_sp Estão abertas até o dia 20 as inscrições para o curso de extensão em "Direitos Humanos na Contemporaneidade", realizado pela ESPGE.

Serão disponibilizadas 20 vagas presenciais e 10 vagas por streaming aos Procuradores do Estado, Procuradores Autárquicos e servidores em exercício na PGE e que possuam curso superior. Preenchidas 50% das vagas inicialmente abertas ao público-alvo, as remanescentes poderão ser completadas por servidores públicos, com curso superior, de outros órgãos e entidades estaduais.

As aulas ocorrerão no período de 30 de setembro a 25 de novembro de 2022, às sextas-feiras, das 8h às 12h.

As inscrições poderão ser feitas até o dia 20 de setembro de 2022, às 14h30, no sistema disponível no site da ESPGE Link na bio: @ce\_pge\_sp

#direitoshumanos

### Lançamento

## Revista PGE nº 95

## 10 anos da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares

Programação

9h:00: Apresentação Café de recepção

9h30: Inovações no Processo Disciplinar: introdução da consensualidade

Mediador(a): Eraldo Ameruso Ottoni (PGE-SP)
Ana Paula Vendramini Segura (PGE-SP)
Ana Sofia Schmidt de Oliveira (PGE-SP)
Inacio de Loiola Mantovani Fratini (PGE-SP)
Katia Herminia Martins Lazarano Roncada (TRF-3)

**Encerramento** 

#### Inscrições até 23 de setembro de 2022



ce\_pge\_sp Estão abertas até o dia 23/09/22, às 14h00, as inscrições para o evento de lançamento da Revista PGE nº 95, comemorativa dos 10 anos da Procuradoria de Procedimentos Disciplinares.

O evento será realizado no dia 26/09, às 9h, no Auditório do Centro de Estudos da PGE-SP. Ele contará com uma mesa de debates, composta por especialistas no tema, e que tratará de uma das mais importantes inovações em matéria disciplinar: a introdução de mecanismos de consensualidade pela Lei Complementar nº 1.361/21.

A Revista está disponível gratuitamente no Portal de Publicações da PGE-SP.

◆ Para inscrição no evento e/ou acessar o Portal de Publicações, basta clicar no link na bio →@ce\_pge\_sp







ce\_pge\_sp A Lei de Improbidade Administrativa sofreu alterações recentes e que são analisadas no artigo "Alterações na Lei de Improbidade Administrativa: o que podemos esperar das decisões do STF no Tema 1.199 e nas ADIs 7042 e 7043", dos Procuradores do Estado Mateus Camilo Ribeira da Silveira e Renato Mantente Corrêa, publicado no Jota na coluna "Advocacia Pública em Estudo".

Para acessá-la, basta clicar no link na bio

🔁 @ce\_pge\_sp e escolher a opção "Coluna do Jota"